

Diário Notícias

28-10-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Internacional

Dimensão: 1481

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/29





Ligação entre Francisco Granados e Esperanza Aguirre terminou em 2011 por falta de confiança, disse na altura a governante

Ex-homem-forte de Aguirre e mais 50 detidos por corrupção

Espanha. Verba em causa no esquema que envolve autarcas ronda os 250 milhões de euros. Líder do PP de Madrid disse sentir vergonha

ANA MEIRELES

Os escândalos de corrupção em Espanha conheceram ontem mais um capítulo, com a detenção de 51 pessoas numa operação contra uma rede de políticos, empresários e funcionários municipais e regionais que alegadamente receberam comissões de empresários a troca de adjudicações, num valor de cerca de 250 milhões de euros. Entre os detidos está Francisco Granados e seis presidentes de câmara. PP e PSOE suspenderam a militância dos detidos.

Francisco Granados tornou-se uma figura de destaque na política por ser o homem-forte de Esperanza Aguirre, durante a sua presidência da Comunidade de Madrid, mas também liderança do PP da capital espanhola. A ligação entre os dois terminou em novembro de 2011, quando esta demitiu Granados de secretário-geral do

PP de Madrid "por falta de confiança". Em maio, já tinha sido deixado sem competências no governo regional, também liderado por Aguirre.

Ontem, a presidente do PP de Madrid disse sentir "profunda vergonha" pela detenção do seu antigo homem-forte. "Não quero, nem posso, fugir à responsabilidade que me corresponde na nomeação do senhor Granados", afirmou. "Se tivesse tido a mínima suspeita, tinha atuado", prosseguiu.

Granados já estava a ser investigado por uma conta bancária de 1,5 milhões de euros na Suíça. Em fevereiro, renunciou ao seu mandato no Senado depois da publicação das primeiras notícias sobre esta conta no estrangeiro, que terá mantido quando era alcaide de Valdemorillo, perto de Madrid.

Esta não é a primeira vez que Esperanza Aguirre vê o seu nome ligado a casos polémicos. O seu

governo esteve envolvido numa investigação de alegada espionagem levada a cabo por funcionários de segurança da Comunidade de Madrid sobre membros do próprio governo — o processo foi arquivado em julho de 2010 e reaberto em julho seguinte. Vieram também a público acusações de que Aguirre havia financiado de forma ilegal a sua campanha em 2003 e 2004, através de donativos a uma fundação-fantasma presidida por ela — em 2012, a Administração Tributária concluiu que este financiamento ilegal existiu.

Em abril, Aguirre protagonizou um incidente com agentes da polícia de trânsito de Madrid, após ter estacionado num local proibido. A presidente do PP madrileño fugiu, tendo derrubado com o carro a moto de um dos agentes, e foi perseguida até casa. Acabou por admitir que tinha cometido um erro, do qual estava arrependida.

Na semana passada, Aguirre

pediu em tribunal o arquivamento deste processo.

Que a justiça seja célere

A rede ontem desmantelada usava angariadores de contratos para fazer a ponte com os políticos. O dinheiro obtido nestes negócios era branqueado através de uma rede de empresas. A operação policial, que deverá continuar nos próximos dias, realizou-se em Madrid, Múrcia, Leão e Valência. Em causa estão adjudicações públicas num valor que ronda os 250 milhões de euros "só nos últimos dois anos".

Sobre os 51 detidos pendem os delitos de branqueamento de capitais, falsificação de documentos, delitos fiscais, burla, tráfico de influências, desvio de fundos públicos, prevaricação, revelação de segredos, negociações proibidas a funcionários, fraudes contra a administração e organização criminal, adianta um comunicado das autoridades anticorrupção.

PP e o PSOE anunciaram que vão suspender a militância dos detidos que estejam filiados nos partidos. E exigem que os mesmos se demitam dos cargos que ocupam.

O secretário de Organização do PSOE, César Luena, afirmou que o partido suspendeu a militância do autarca de Parla e que esta decisão se manterá "pelo menos enquanto estiver detido". Já a ministra do Fomento, Ana Pastor (PP), disse que "quem não for honrado não pode estar na política".

O presidente da Comunidade de Madrid, Ignacio Gonzalez, pediu à justiça que seja célere e avançou que "certamente" destituirá os autarcas a quem sejam imputadas responsabilidades por irregularidades.

OUTROS CASOS

Os escândalos de corrupção têm-se sucedido e nenhum setor da sociedade e da política parece escapar. Nem sequer a família real...

O dinheiro escondido de Jordi Pujol

► A 25 de julho, o antigo presidente da Catalunha Jordi Pujol reconheceu ter ocultado das Finanças durante 34 anos "dinheiro localizado no estrangeiro". Segundo os *media*, tratava-se de cerca de quatro milhões de euros depositados em Andorra. Dias depois, a organização Mãos Limpas apresentou uma queixa contra Pujol e a mulher por crime fiscal, branqueamento de capitais, prevaricação, entre outros delitos, que teve como consequência a abertura de uma investigação. Numa audiência no Parlamento catalão, em setembro, Pujol afirmou nunca ter sido um político corrupto. Três dos seus sete filhos estão também na mira da justiça por branqueamento de capitais e fraude fiscal.

Rato apanhado pelos cartões-fantasma

► Os ex-presidentes da Caja Madrid, Miguel Blesa e Rodrigo Rato, foram constituídos arguidos no início do mês no caso dos gastos feitos com cartões de crédito fantasma. Este processo abrange gastos opacos de pelo menos 15,25 milhões de euros que 86 altos responsáveis da Caja Madrid realizaram em cartões de crédito fantasma para compras pessoais e que poderão agora ter de devolver. Os gastos, realizados entre 2002 e 2012, incluem três milhões de euros em restaurantes, dois milhões em dinheiro, 1,5 milhões em viagens, um milhão em grandes superfícies, 800 mil euros em hotéis e 700 mil euros em roupa. Em causa estão 86 ex-responsáveis da entidade, incluindo 28 conselheiros nomeados pelo PP e 15 pelo PSOE.

A queda de Bárcenas e do genro de Juan Carlos

► O caso Gürtel é o nome dado à investigação, iniciada em 2009, à rede de corrupção política ligada ao PP e liderada pelo empresário Francisco Correa Sánchez. O grupo criou uma rede de empresas para receber fundos públicos, bem como contornar, com subornos, proibições urbanísticas e ambientais que poderiam afetar os seus negócios imobiliários. O caso levou à demissão de vários detentores de cargos públicos, incluindo Luis Bárcenas, tesoureiro do PP, que se estima que terá recebido 1,3 milhões de euros. Os escândalos de corrupção também chegaram à família real através no caso Nóos, protagonizado por Iñaki Urdangarin, genro de Juan Carlos, e o seu sócio. A infanta Cristina foi também acusada de branqueamento.